

# **SUMBIMPERIALISMO BRASILEIRO: UM OLHAR PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Bruna Manna Starling Diniz<sup>\*</sup>

Marisa Silva Amaral<sup>\*\*</sup>

## **Resumo**

Este breve ensaio pretende abordar a categoria subimperialismo, desenvolvida por Ruy Mauro Marini como um dos elementos chave na caracterização da condição dependente das economias latino-americanas nos marcos das relações imperialistas globais. Diante de algumas críticas e questionamentos levantados à possibilidade de validação da categoria enquanto característica do capitalismo dependente contemporâneo, em particular do papel que o Brasil assume no continente nas últimas décadas, nosso objetivo é o de esclarecer que o subimperialismo é uma categoria histórica, que se complexifica diante das modificações mais gerais ocorridas nas relações capitalistas como um todo. Nesses termos, tomando como base o conceito de cooperação antagônica e jogando luz sobre alguns projetos de integração regional levados a cabo na América Latina, pretendemos trazer indícios de que o Brasil atua como um subimperialista na região, sob bases muito mais intrincadas do que aquelas apontadas por Marini nos anos iniciais da década de 1970.

**Palavras-chave:** Dependência; Cooperação Antagônica; Integração Regional; América Latina; Subimperialismo Brasileiro.

## **Introdução**

O final do século XIX foi marcado por uma mudança na configuração do sistema capitalista. A Grã-Bretanha deixava de ser a única nação industrializada, à medida que outros países europeus passavam por seu processo de industrialização. Uma vez consolidada sua indústria, o que antes consistia fundamentalmente num fluxo de mercadorias, dá lugar a um fluxo de capital financeiro. Desse processo, surgiram consequências que trazem novas características ao próprio capitalismo (OLIVEIRA, 2003).

Diante desse contexto e de suas consequências, no início do século XX alguns pensadores entenderam que o capitalismo passava por um novo momento, guardados

---

<sup>\*</sup> Graduanda em Relações Internacionais pelo IEUFU.

<sup>\*\*</sup> Doutora em Economia pelo IPE-FEA/USP e Professora Adjunta do IEUFU.

sua conjuntura e tempo histórico, mas cujo conteúdo se manteve. Daí, alguns teóricos se destacaram nessa análise e parte deles terão suas contribuições aqui abordadas.

Dentre esses pensadores, um teórico que se sobressaiu por fazer uma análise mais profunda, de raiz marxista, da nova conformação capitalista – antes concorrencial, mas que, nas últimas décadas do século XIX já se apresentava em monopólios e cuja presença do capital financeiro era marcante – foi Rudolf Hilferding. A mais relevante ideia trazida em sua obra se constitui na ideia da uniformização do capital. Para ele, o que compõe o capitalismo se caracteriza por um lado, pela formação de trustes e cartéis, e, por outro, numa estreita relação entre o capital bancário e o capital industrial. É justamente por meio dessa relação que o capital assume a forma de capital financeiro. Assim, as relações de mercado se alteram, surgindo grandes monopólios que comprometem a ideia de livre concorrência. Nessa grande tendência à concentração e centralização<sup>1</sup> de capitais, o capital industrial, antes independente, passa a depender do capital bancário de modo que suas relações se tornam cada vez mais imbricadas.

Essas novas características do capitalismo se configuram, para o autor, no próprio conceito de imperialismo. É preciso destacar que, para Hilferding, o imperialismo se dá como um dispositivo do capitalismo lançado com vistas a atender às motivações dos grandes capitalistas, seja do setor industrial ou do mercado financeiro. A centralização e a concentração de capitais são, assim, expressão de uma política lançada cujo resultado facilita a materialização de seus interesses. (HILFERDING, 1985; AMARAL, 2012)

É interessante notar que essa nova configuração da estrutura de mercado necessariamente reflete uma nova relação da burguesia com o Estado. Se antes o desejo era de que a instituição não interferisse no comércio internacional por meio de privilégio a empresas nacionais, para que, assim, sua mobilidade e atuação pudessem ser livres, passa-se a buscar a proteção da indústria interna. Nesse contexto, o protecionismo, por meio de políticas tarifárias, cumpre importante papel na garantia de vantagens sobre a posição de monopólios por parte de trustes e cartéis nacionais. (VEIGA, 2015)

---

<sup>1</sup> A ideia de concentração e centralização aqui abordada está de acordo com a construção feita por Bukhárin (1988, p.110), em que se entende por concentração o crescimento do capital por meio da capitalização da mais-valia produzida por esse mesmo capital e por centralização, a reunião de diversos capitais em um só.

Nesse esforço, Nicolai Bukhárin em sua obra “*A economia mundial e o imperialismo*” (1917/1984) também aborda o papel do Estado. Para o autor, toda a economia nacional fica à mercê das grandes empresas e da burguesia nacional. Esse movimento de concentração e centralização de capitais a nível interno se chocaria com outra tendência do capitalismo monopolista, que seria a intensificação da exportação de capitais e o crescimento do comércio internacional.

Para ele, a concentração por meio de trustes chegaria a tal ponto que existiria um só truste nacional, de modo que, onde antes existia concorrência entre vários capitais nacionais, ela se dará entre economias nacionais. Assim, tem-se uma nacionalização do capital – ainda que o Estado continue subordinado ao capital financeiro. Esse processo leva as economias nacionais a lançarem mão de tarifas alfandegárias e a buscar uma incessante expansão territorial, de modo que o embate entre capitais pode acontecer até mesmo por meio de guerras. Assim, Bukharin busca denunciar o movimento conflitante que o desenvolvimento capitalista possui (BUKHARIN, 1984).

Lenin também faz um importante estudo do tema em sua obra “*O Imperialismo, etapa superior do capitalismo*” (1917/2011). Traz consigo um olhar mais amplo sobre o desenvolvimento do capital monopolista, em que considera a internacionalização da economia mundial por meio da entrada de capitalistas monopolistas em outros Estados, sendo uma crítica a Bukharin, que por vezes se limitou a uma ótica apenas do capitalismo de Estado.

Lenin partiu do esforço em explicar a conjuntura histórica da época – que se configurou na Grande Guerra de 1914-18 –, a partir de uma ótica econômica, buscando evidenciar o papel do imperialismo na disputa entre as grandes potências. O autor coloca que a passagem do capitalismo concorrencial para a fase do capitalismo monopolista, em que há a supremacia do capital financeiro, é relacionada com o aprofundamento das lutas pela partilha do mundo. É nesse período que as conquistas coloniais ascendem e a luta pela divisão territorial do mundo é exacerbada.

O fenômeno imperialista surge como desenvolvimento e continuação das características principais do capitalismo em si. Contudo, o capitalismo só se transformou em imperialismo quando chegou a um determinado grau de desenvolvimento, no qual algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se em sua antítese. Do ponto de vista econômico, a fundamental transformação foi a passagem da livre concorrência capitalista para os monopólios. Criou-se a grande produção, a pequena foi eliminada e o capital se

concentrou. O monopólio é, portanto, a transição do capitalismo para uma fase superior. (LÊNIN, 2011)

Em síntese, tem-se que o imperialismo, para o autor, é o capitalismo em sua fase de desenvolvimento na qual ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, aumentou a relevância da exportação de capitais, iniciou a divisão do mundo por trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2011)

## **1. O subimperialismo na construção “clássica” de Marini**

Esse estudo do imperialismo foi e tem sido muito válido para que possamos compreender os efeitos do capitalismo no mundo como um todo, mas deixa a desejar no que diz respeito a como esse modo de produção se materializa na periferia do sistema, bem como as especificidades da expressão capitalista e seus reflexos na acumulação interna nessas regiões. Nesse sentido, a Teoria da Dependência surge, em meados da década de 1960, com o anseio de preencher essa lacuna. Surge da necessidade de se olhar mais a fundo o contexto latino-americano a partir da própria periferia e definir categorias específicas para a forma como o capitalismo se forma e se desenvolve nessa região.

Os primeiros a lançarem esse olhar para o desenvolvimento latino-americano com mais afinco foram os teóricos da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, que tiveram suas contribuições a partir dos anos 1940. Ainda que trouxesse em seu âmago a necessidade de pensar o desenvolvimento da América Latina e de que maneira ela se insere no sistema internacional, a própria visão do desenvolvimento da instituição era questionável.

Constatavam que havia uma deterioração dos termos de troca dentro da divisão internacional do trabalho, fazendo com que houvesse transferência de renda da periferia do sistema para o centro. Além disso, já apontavam que [o] subdesenvolvimento [...] é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (FURTADO, 1967. p.189).

De fato, o foco no setor exportador e a dificuldade de se industrializar restringiam o aumento da produtividade do trabalho, acarretando em sérias consequências do ponto de vista do mercado e da estrutura social dos países periféricos,

mas ainda se tinha uma visão de desenvolvimento que acreditava que, investindo em capacidades internas específicas, de modo a superar gargalos da economia, se alcançaria um dia o desenvolvimento.

A Teoria da Dependência vem questionar o que Marini chamou de um *continuum* de desenvolvimento. Há um consenso dentro desta teoria de que é preciso entender o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como faces de um mesmo processo, que é ao mesmo tempo antagônico e complementar (MARINI, 1992). No presente estudo, nos atentaremos principalmente à visão de Ruy Mauro Marini, representante da corrente marxista da Teoria da Dependência. É fundamental dizer que a TMD (Teoria Marxista da Dependência) conta também com teóricos importantes, como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, entre outros.

Na visão de Marini, apenas por meio da industrialização não se pode superar a dependência, nem reverter as limitações que esta impõe ao dinamismo do mercado interno. A dependência se mostra irreversível [nos marcos do capitalismo] porque esta não se dá apenas como fruto de uma relação externa de subordinação a outros países, mas surge igualmente da especificidade das relações internas de exploração (MARINI, 1973). Essas especificidades do capitalismo latino-americano levaram o autor a entendê-lo como um capitalismo *sui generis*. Uma das categorias mais importantes desenvolvidas por Marini, que endossa essa compreensão é a *superexploração* da força de trabalho.

Sob a ótica marxista, a acumulação de capital é um dos principais elementos do sistema capitalista, e como tal, se dá por meio de exploração. Marx explica a origem do lucro por meio da mais-valia, que seria, de maneira sucinta, correspondente à parte do valor produzido pelo trabalhador que é apropriada pelo capitalista (MARX, 1980). No caso latino-americano, a maneira pela qual a região se insere no sistema internacional – especialização produtiva na pauta agroexportadora, de forma a deteriorar os termos de troca – se transforma numa estrutural assimetria limitante à acumulação de capitais.

Dessa forma, os próprios mecanismos de transferências nas atividades como o comércio, bem como a amortização de empréstimos estrangeiros e o pagamento de juros dessas transações, trazem para a burguesia local a necessidade de compensar tais perdas de excedentes por meio da transferência de capitais e ganhos de produtividade sentido centro. O que ocorre então é um aumento na extração da mais valia dentro da periferia, tanto absoluta quanto relativa, uma vez que esse aumento da produtividade nos setores

de bens-salários leva a uma redução do valor da força de trabalho, reduzindo seu preço – de modo que o trabalho nessas regiões é superexplorado.

Disso, resultam graves consequências como a incapacidade dos trabalhadores e das trabalhadoras reporem suas capacidades, de forma que o próprio desgaste físico contribui também para essa perda de produtividade. Ademais, ficam privados de consumir a maioria das mercadorias que o país produz, pois a exploração é tamanha que seus salários não as alcançam, culminando numa desigual distribuição de renda e riqueza. (MARINI, 1973)

Esses mecanismos de compensação utilizados pela burguesia, que inicialmente soam como solução à problemática da acumulação na periferia do sistema, logo se apresentam como um aprofundamento das condições de dependência. A restrição de consumo do mercado interno, causada pela *superexploração* da força de trabalho – em que o trabalhador não consegue adquirir bens de consumo intermediários –, leva à necessidade de uma busca por outros mercados que possam absorver sua produção. (MARINI, 1969)

Marini aponta que a partir desse processo estrutural, países da periferia que contam com um grau de industrialização mais elevado, com maior entrada de capitais, bem como com a presença de uma burguesia interna consolidada, capaz de impor seus interesses, passam a buscar nos países vizinhos a absorção de mercadorias excedentes, também terreno para realização de suas ofertas. Esses países se caracterizam, portanto, como centros medianos de acumulação ou subcentros que movimentam capitais e mercadorias regionalmente e expandem-se sobre essas economias. (MARINI, 1969)

Entende-se que essa expressão do sistema nos países dependentes – com a presença da *superexploração* do trabalho – é a maneira como o capitalismo sempre se configurou na América Latina. Porém, com o decorrer do curso da história, à medida que o sistema se reinventa, reinventam-se também as relações de dependência.

Já se foi o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Encontramo-nos diante de uma realidade econômica na qual a indústria assume um papel cada vez mais decisivo. Isto é certo ainda que o capital industrial se amplie e se fortaleça em áreas extrativas e agrícolas; mais ainda, quando consideramos a extensão e a diversificação em escala mundial da indústria manufatureira. O resultado tem sido um reescalamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros

medianos de acumulação - que são também potências capitalistas medianas -, o que nos têm levado a falar da emergência de um subimperialismo. (MARINI, 1977. P. 44)

Para Marini, portanto, o subimperialismo é "a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro" (1977, p.17). E é justamente pela restrição do mercado interno de massas que a indústria nacional amplia seus mercados e abre-se ao comércio exterior; em particular, para os países da região. Essa abertura, na prática, acaba sendo uma atitude imperialista dentro dos limites da dependência. Mesmo que esses subcentros estejam integrados à lógica imperialista mundial de maneira estruturada, ainda mantém vínculos de dependência em relação ao centro (AMARAL, 2012).

## **2. As insuficiências da visão clássica e o subimperialismo contemporâneo**

Essa nova categoria desenvolvida por Marini desencadeou um importante debate entre pensadores brasileiros, em que se destaca a contribuição de Virgínia Fontes, em seu livro "*Brasil e o capital-imperialismo*" (2010). A autora questiona a existência de uma burguesia interna fortalecida, capaz de impor seus interesses de maneira articulada, por meio de argumentos históricos que dizem respeito a sua particular formação no país e heterogeneidade. Dado que um dos pilares para a realização do subimperialismo para Marini é a presença desta burguesia interna consolidada, Fontes questiona até mesmo o próprio conceito. (FONTES, 2010)

Desta maneira, desconstrói também as categorias que o sustentam, a começar pela *superexploração* da força de trabalho. É reconhecida a importância da exploração no contexto periférico, de modo que a autora lança mão de um novo termo, *dupla exploração*. Porém, este não evidencia o contexto estrutural no qual a categoria de Marini se insere. A *superexploração* da força de trabalho não é simplesmente a denúncia da tamanha exploração sofrida pelos trabalhadores da periferia, senão, também, uma maneira de se compensar a dificuldade de incorporar na circulação interna de capital desses países o valor por eles gerado através do trabalho, cuja causa é estrutural.

Ainda, a autora questiona a insuficiência de absorção da produção brasileira à época da industrialização por meio da substituição de importações, que concedia de alguma maneira formas de incentivo ao consumo interno por meio de crédito,

configurando-se sim um mercado interno. Fontes afirma que o imperialismo assume uma nova fase, marcada pelo capital financeiro, na qual o Brasil se insere de maneira subalterna, desenvolvendo o conceito de *capital-imperialismo*. (FONTES, 2010)

Ora, o Brasil conta sim com uma burguesia cujos interesses divergem e podem até mesmo ser antagônicos, mas é essa mesma característica que nos dá condições de reafirmar a dependência do capitalismo brasileiro. Quanto a isso, Florestan Fernandes contribui de maneira assertiva. Aponta que a mesma sempre se articulou aos interesses dos grandes centros capitalistas, como também traz a ideia de que o capitalismo brasileiro é incompleto. Argumenta que a classe burguesa ainda carrega elementos oligárquicos, de modo que há uma mistura entre mercantilismo e capitalismo que se reflete em estratificações de classes confusas, dificultando seu desenvolvimento. Isso reforça a condição do capitalismo brasileiro como dependente – porém não é o objetivo desse trabalho se aprofundar nessas questões. (FERNANDES, 2009)

As categorias de Marini são históricas e, como tais, carecem de atualização e ressignificação, uma vez que as mudanças trazidas desde então foram consideráveis. É preciso reconhecer que o capitalismo se encontra numa nova fase, na qual o capital fictício e o rentismo predominam sobre a lógica produtiva. Pode-se dizer que o acesso ao crédito atualmente consegue trazer uma homogeneização do consumo de bens internamente, de modo que a diferenciação de renda da sociedade não é mais um condicionante das formas de consumo. Assim, a *superexploração* da força de trabalho como estruturante do ímpeto subimperialista passa a ser questionável. (AMARAL, 2012)

Porém, é evidente que os centros capitalistas possuem um poder monopólico muito maior que a periferia, por toda sua construção histórica, pelo seu pioneirismo em acumular capitais e se industrializar. Afinal, é preciso resgatar que as bases para o desenvolvimento do centro se encontram na mesma medida do subdesenvolvimento periférico. (MARINI, 1973) Portanto, ainda que o capitalismo avance nessas regiões, haverá sempre uma limitação estrutural, um anacronismo intrínseco, sendo exemplo dessa nova roupagem da dependência hoje a dificuldade que os países periféricos encontram em alcançar tecnologia de ponta e conseguir desenvolver pesquisas de P&D. (AMARAL, 2012)

As críticas de Virgínia Fontes são válidas no sentido de apontar para a necessidade da atualização da categoria, porém não são capazes de invalidá-la. A *superexploração* da força de trabalho como compensação da mais valia acumulada que



vai em direção ao centro, que traz uma grande diferenciação de renda para a sociedade, de modo a dificultar o consumo interno, pode não ser mais um fator exclusivo da periferia e estruturante do subimperialismo. Mas não há dúvidas de que o capital desses subcentros ainda tem a necessidade de se realizar externamente, mesmo que por meio de transações financeiras.

Outra questão importante é que a autora defende que o aumento da concentração de capitais e a internacionalização das empresas brasileiras levaram o país a integrar, ainda que em posição subalterna, o grupo dos países imperialistas. Porém, desconsidera que o Estado brasileiro em alguns momentos, ainda que de forma contraditória, faz enfrentamentos ao domínio norte americano na América do Sul e se torna por vezes aliado dos demais países que compõem a região, na construção de seu desenvolvimento como contraponto a políticas neoliberais dos anos 1990 (BERRINGER, 2011). A próxima seção se aprofundará melhor sobre esse tema e suas contradições, por meio do resgate da categoria do subimperialismo de Marini e sua faceta política, uma vez considerada válida durante a pesquisa e à luz da integração regional.

A partir da metade do século XX, por volta de 1960 a 1970, a crise do modelo fordista e a superacumulação nos países desenvolvidos levou-os a direcionar seus capitais ociosos para os países periféricos promoviam sua industrialização no momento, como é o caso do Brasil. O país poderia então oferecer mão de obra barata, matéria prima e mercado consumidor para as multinacionais do centro.

O que ocorre então é que a internacionalização deixa de ser somente comercial e passa a ser produtiva, com criação de valor na periferia. Diante da dificuldade enfrentada pelas grandes empresas de realização do capital no centro, estas se aproveitam do momento de abertura comercial e da receptividade de capitais para investimento interno nos países periféricos, contornando as contradições da crise de acumulação. Assim, uma forma de internacionalização do capital para além dos fluxos de capital financeiro são os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), que visam o controle acionário durável, sob a forma de fusão, aquisição, *joint ventures* ou investimentos novos (SPOSITO; SANTOS, 2012).

A partir dos anos 1990, com o avanço neoliberal, houve uma desnacionalização do capital brasileiro, um movimento intenso de fusão e aquisição, e o surgimento de multinacionais brasileiras que também exportam capitais por meio de IED para a América Latina (SPOSITO; SANTOS, 2012). Essa nova fase do capitalismo traz consigo um novo aspecto importante, que seria a exportação de capitais que não vão

somente centro-periferia, mas também periferia-periferia. O que se observa hoje em dia, especificamente no caso brasileiro, é a crescente exportação de capitais para países da América do Sul, favorecida pelas iniciativas de integração regional, a exemplo da IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, tema que foi aprofundado ao longo da pesquisa.

### **3. Cooperação antagônica e indício de iniciativas subimperialistas na América do Sul à luz da integração regional**

Uma vez considerada válida a categoria *subimperialismo*, retomemos a definição dada por Marini:

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma que não apenas se acompanha de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista como se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional. (MARINI, 1977, p. 17)

O primeiro componente – composição orgânica média – faz referência a um conceito elaborado por Marx para analisar o processo de trabalho no capitalismo, se relacionando aos tipos de mais-valia. Na prática, Marini o resume como composição que pode ser obtida ao analisar a parcela do produto manufatureiro do país em seu produto interno bruto. Em seu texto *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, o autor indica que na América Latina, o Brasil está entre os países que melhor satisfazem essa condição. (MARINI, 1977)

A segunda variável – política expansionista relativamente autônoma – começa a ser observada nos escritos de Marini a partir de 1965, em sua obra *Interdependência brasileira e Integração imperialista*, lançando um olhar sobre a política externa brasileira durante o período militar. Se de um lado os militares mantinham relações políticas e comerciais com governos marxistas-leninistas como os de Moçambique e Angola, demonstrando certa autonomia em sua política externa, por outro, estavam entrelaçados à política anticomunista norte-americana para a América Latina (operação Condor). Ou seja, existia certa autonomia, mas que sempre caminhou dentro dos limites políticos e econômicos da hegemonia norte-americana. (LUCE, 2007b)

Esse movimento do governo brasileiro durante o período militar é somente um exemplo dentre vários episódios na história do país em que se lança mão de um pragmatismo político em busca de interesses nacionais, para que possa ser alcançado um desenvolvimento econômico significativo por meio da industrialização do país. Acompanha também o desejo de potência regional e influência política desde os tempos de Barão de Rio Branco, mas que sempre esbarrou nos limites de sua posição periférica e condição dependente. A pesquisa segue no esforço de buscar evidências de possíveis iniciativas subimperialistas por parte do Brasil na América Latina, mais especificamente à luz da integração regional.

Temos que a característica determinante de uma cooperação antagônica seria “uma relação na qual uma potência de segunda grandeza choca-se com a potência dominante em certas conjunturas, a fim de conquistar uma esfera de influência regional, embora sem transgredir os marcos do imperialismo hegemônico” (LUCE, 2007b, p.3).

O próprio momento de reconfiguração da hegemonia que os Estados Unidos enfrentam nos anos 1970, desdobrado pelas duas crises do petróleo, que demonstraram a capacidade que países fora do centro possuíam de impactar a economia global; sua derrota no Vietnã; o fim do padrão ouro-dólar, etc. dá abertura para que o Brasil cunhasse uma política externa mais ousada, ainda no período militar.

Exemplo disso foi a estratégia do pragmatismo responsável, no governo Geisel (1974-1979), que buscou explorar o mercado mundial de maneira pragmática (se aproxima de países do Terceiro Mundo; reestabelece relações com a China e com o Oriente Médio; assina acordo de cooperação nuclear com a Alemanha) com vistas a privilegiar interesses nacionais, mas responsável, na medida dos limites de se desafiar a potência hegemônica (SPEKTOR, 2004). A mesma linha pragmática se estende à política externa do governo Figueiredo (1979-1985), denominada por Ferreira (2006) como uma Política Universalista.

Porém, a partir dos anos 80, com a ofensiva neoliberal, o poder de barganha dos países periféricos é posto em cheque. Inaugura-se um tempo em que em grande parte do globo emergem governos que reforçam esse momento do capitalismo. No Brasil, os governos Collor e Cardoso eram claramente comprometidos com políticas privatistas e desnacionalizantes, de modo que o país ficou à mercê dos interesses imperialistas. O período inaugura o que Marini chamou de *reconversão* – diluição do poder até então conquistado pelas potências médias. (LUCE, 2007a; MARINI, 1992)

Assim, por alguns anos o processo de *cooperação antagônica* ficou adormecido. A partir dos anos 2000, com a entrada de Lula no poder, novos traços dessa faceta do subimperialismo voltam a ser observados.

Do lado do governo brasileiro, constata-se que desde o começo do primeiro mandato do presidente Lula os formuladores de sua política exterior vêm insistindo na busca do que denominam uma “parceria madura” com os EUA. Depois de presidentes anteriores terem aceito concessões predominantemente assimétricas, imprimindo uma política nos marcos do modelo de integração hierárquica vertical, essa parceria por eles referida seguiria o anseio de uma relação “mais equilibrada”, atendendo a “interesses mútuos”. (LUCE, 2007b, p. 9)

A observação de Luce fica muito bem representada quando se observa o posicionamento brasileiro em suas políticas de integração. Para melhor analisar e contextualizar a dinâmica de integração regional brasileira, façamos um pequeno resgate histórico.

Finalizada a Guerra Fria, há um fortalecimento do projeto neoliberal e o Brasil passa a ver no Mercosul possibilidade de unidade política e, na América do Sul, a referência de sua atuação regional. Desde o começo, o Brasil coloca em seu discurso de política externa o bloco como prioridade nesse tema, sendo uma importante plataforma comercial para as exportações brasileiras e alternativa a uma abertura comercial mais ampla. Depois, o bloco passou a ser visto pela política externa como base para afirmação de uma liderança regional brasileira e sua inserção internacional.

Apesar do discurso, o Mercosul foi prioridade para o país por pouco tempo. Após 1991, o Bloco passa por uma série de problemas que acabam resultando em uma espécie de estagnação. Criado com o objetivo de estabelecer uma união aduaneira, com adoção de tarifa externa comum (TEC), não traz resultado na prática, já que as diversas exceções tarifárias no comércio intrazona não permitem nem mesmo um livre comércio, quanto mais uma TEC.

Do ponto de vista institucional, o Mercosul é bastante criticado também pela resistência do Brasil e da Argentina – os dois países mais fortes do bloco – à cessão de sua soberania em instâncias supranacionais (CARVALHO, 2009). Há quem diga que o Brasil não coloque mais o Mercosul em uma escala de grande importância para sua política externa; outros dizem que após a crise de 2002, o Bloco voltou à ativa, porém de maneira mais discreta.

O contexto nacional, regional e internacional a partir de 1990 colocaram novos desafios. Há um deslocamento do horizonte para a integração regional do Cone Sul para a América do Sul. Essa valorização do termo se vincula fortemente à necessidade de fazer frente às iniciativas norte-americanas e suas propostas de livre comércio, principalmente a ALCA. Esse posicionamento trouxe uma identidade mais coesa ao grupo de países que resistiam às suas propostas e favoreceu os interesses da burguesia interna – fazendo oposição ao México, que acabou cedendo ao Nafta. Esse fato traz também o diagnóstico da necessidade de desvincular-se do termo América Latina a fim de buscar uma postura mais autonomista da parte brasileira (FIORI, 2010).

O projeto da ALCA representava claramente o poder hegemônico e assimétrico dos Estados Unidos frente aos demais países da América Latina. Porém, sua não assinatura por parte do governo brasileiro não significou necessariamente questionar o capitalismo dominante e, menos ainda, o livre comércio. O Brasil transfere temas sensíveis à sua economia para resolução em terreno da OMC, que sem dúvida, reproduz a agenda liberalizante das potências do centro do capitalismo e oferece acordos desvantajosos para a periferia, mas que, ao mesmo tempo, o governo brasileiro encoraja seus vizinhos a adotar (LUCE, 2007b). Por trás desses acordos, pode estar o interesse brasileiro em obter vantagens competitivas para seus produtos no marco do Sistema Geral de Preferências (SGP). Luce aponta que

nas negociações comerciais na OMC, na facilitação da operação das corporações e na estabilização da América Latina, o rumo dado ao Brasil pelo governo Lula provou a inclinação a se enquadrar no papel de *país-costura* esperado pela estratégia dos EUA. Como destaque entre as concessões obtidas estaria a renovação do SGP, enquanto o plano de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU é frustrado até este momento. [...] O fator nevrálgico aqui presente é a aliança de classe entre o agronegócio, a burguesia industrial e os especuladores. Para atender de uma só vez a essa constelação de interesses, Lula precisa seguir uma política exterior consoante com seu posicionamento no mercado globalizado. (LUCE, 2007b, p. 19)

É possível notar que há novamente a tentativa do Brasil de tomar iniciativas de políticas mais autônomas, que possam garantir sua influência e poder regional, mas que se mostra contraditória na medida em que o governo ainda alimenta e reproduz a lógica dominante. Esses fatores configuram uma nova face da *cooperação antagônica*.

Ao mesmo tempo, o próprio foco da integração defendido pelo Brasil sai um pouco do tema eminentemente comercial para voltar a debater questões de infraestrutura e desenvolvimento. O *turning-point* do regionalismo sul-americano aconteceu no último governo de FHC: a I Reunião de Presidentes da América do Sul (CEPALUNI; VIGEVANI, 2007).

Assim, o Brasil investe em ações de coordenação política e de integração geofísica ao que correspondem a iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), em 2000, e a articulação da Comunidade Sul-Americana de Nações, em 2004, que em 2008 se transformaria na União das Nações Sul Americanas (UNASUL).

As novas eleições presidenciais com matizes antineoliberais e progressistas (Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador, e outros) contribuíram em um primeiro momento para o fortalecimento dessas iniciativas. O Estado brasileiro passou a apoiar e financiar grande parte das obras de infraestrutura regional através da IIRSA e, ao mesmo tempo, impulsionou a internacionalização das empresas brasileiras para a América Latina via linha de crédito especial do BNDES. Com isso, de certa maneira, constituiu-se mais do que um processo de integração regional, mas um processo de cooperação política entre os diferentes projetos de desenvolvimento nacional na região que favoreceu a expansão do capitalismo brasileiro para a América do Sul. (BOITO; BERRINGER, 2013)

A IIRSA tem raiz nos debates dos Planos Plurianuais, traçados pelo Ministério do Planejamento, baseados nos cinturões de desenvolvimento, renomeados eixos de integração e desenvolvimento pelo governo (HONÓRIO, 2013). A visão de planejamento regional contida no trabalho atrelava a necessidade de se modernizar a infraestrutura brasileira com o avanço na integração regional da América do Sul.

Historicamente a IIRSA foi importante não apenas por incorporar o tema da infraestrutura na integração regional, mas também porque, a partir dela, questões presentes nos debates atuais sobre o regionalismo sul-americano (como a necessidade da redução de assimetrias, o acirramento das diferenças de projetos entre os países quanto aos rumos da integração, a cobrança por maior participação política e a convergência dos governos em temas de segurança e energia) ganharam força para vir à tona nos foros regionais no decorrer dos anos 2000-2010.

Porém, a iniciativa tem se apresentado como uma estratégia para o mercado brasileiro, em que as maiores favorecidas são as multinacionais do país, já que o

BNDES é o maior financiador dos projetos da IIRSA e o mesmo só financia diretamente empresas brasileiras. (HONÓRIO, 2013) Assim, não faz um enfrentamento direto à lógica das economias centrais. Pelo contrário, atende às expectativas do grande capital, que encontra na região um meio propício para instalar plataformas de exportação de seus produtos, fortalecendo as grandes multinacionais. Ainda,

constata-se que a política de integração regional do governo Lula atende não só à burguesia brasileira, mas ao capital estadunidense, cujos investimentos vêm crescendo na região. As transnacionais operam nesses espaços. No caso do agronegócio, a liberação dos transgênicos representa um aumento do controle do setor primário brasileiro pelos EUA. A expansão do agronegócio brasileiro sobre as terras da Bolívia e do Paraguai é acompanhada pela expansão do domínio das corporações que controlam as sementes e fertilizantes, sem falar no pagamento de royalties. Com a política dos agrocombustíveis, esse traço tende a se aprofundar. A disponibilização do território brasileiro para transformar o etanol em commodity internacional provocará o incremento da especialização econômica no curso da reconversão. (LUCE, 2007b, p.15)

Nota-se uma contradição da parte brasileira. Ao mesmo tempo em que o governo coloca a integração regional como centralidade da iniciativa no discurso, sabe-se que é uma ação em que não há grandes preocupações em termos de equidade de ganhos. Fica claro o descompasso entre o discurso diplomático para uma integração regional que busca o fortalecimento institucional e as ações do país na consolidação desse objetivo.

Assim, temos que o Brasil é um país que se encontra na posição de potência média, um subcentro capitalista, que embora consiga influenciar significativamente países da América do Sul, ainda se encontra submetido às potências do centro. Desse modo, a integração regional tem cumprido um papel importante no amortecimento de suas desvantagens frente ao centro, na medida em que avança de maneira subimperialista por meio de relações desiguais com países sul-americanos.

### **Considerações Finais**

Este ensaio nos trouxe importantes reflexões acerca da atuação brasileira na região da América do Sul e sobre o próprio momento atual do capitalismo. A investigação seguiu no sentido de fazer um resgate das teorias do imperialismo, que inauguram o debate trazido pela Teoria Marxista da Dependência. Esta última surge da

insuficiência das próprias teorias do imperialismo em explicar de que maneira as mudanças sofridas pelo sistema capitalista ao longo do tempo impactaram a periferia do sistema internacional.

O debate teórico permitiu embasar a discussão feita sobre o atual momento vivido pelo Brasil e sua atuação na América do Sul por meio das iniciativas de integração regional. Durante o estudo, a categoria do *subimperialismo* apresentada por Marini foi considerada válida e esta traz uma faceta política, para além da econômica – embora ambas não possam ser, em absoluto, desvinculadas. Trata-se da “política expansionista relativamente autônoma”, que pode ser empiricamente observada através do estudo da política externa brasileira, com recorte desde o período militar até os dias de hoje.

Atualmente, a iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, a IIRSA, se apresenta como um braço do subimperialismo brasileiro na região, que coloca como gerais seus interesses particulares e de sua burguesia interna. A iniciativa que parece demonstrar fortalecimento da região e fazer frente aos interesses norte-americanos não é contestadora em sua essência. Ela fortalece o grande capital, ao fortalecer as grandes multinacionais. É conivente com o imperialismo, quando, no fundo, representa terreno fértil para a necessidade de realização do capital.

Assim, apesar de o Brasil possuir certa autonomia em suas decisões e conseguir influência política e econômica na América do Sul, permanece atrelado aos interesses dos grandes centros capitalistas e reproduz em suas atuações a lógica imperialista nos limites de sua dependência, que, afinal, reforça sua própria dependência.

### **Referências Bibliográficas**

- AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária frente à financeirização do capitalismo.** (Tese – Doutorado em Economia), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- BERRINGER, Tatiana. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. **Crítica Marxista**, n.33, p.157-160, 2011.
- BOITO, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista Sociologia e Política**. vol.21, n.47, Curitiba, 2013.



- BUKHARIN, Nikolai. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- DE CARVALHO, Adilson Santana. **A Evolução da Política Brasileira de Integração Regional: do Mercosul à Unasul**. Universidade de Brasília. Brasília. 2009.
- DE OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. Campinas. Co-edição: UNICAMP. Editora UNESP, 2003.
- FERNANDES, Florestan. Classes sociais na América Latina. In: **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. Ed. São Paulo: Global, 2009.
- FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). **Revista Brasileira de Política Internacional** Ano 49, n.2. Brasília, 2006. pp. 119-136.
- FIORI, José Luis. **Brasil e a América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana**. Textos para discussão Cepal Ipea, n.42, 2010.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**. 2ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 9. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo. Abril Cultural, 1985.
- HONÓRIO, Karen dos Santos. O paradoxo do regionalismo à brasileira (2000-2010): notas para se pensar a ação do Brasil na integração da América do Sul através da participação na IIRSA. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2. n.3, jan./jun., 2013.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Apresentação: Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas, São Paulo: FE/UNICAMP, 2011.
- LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. (Dissertação – Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007a.
- \_\_\_\_\_. O Imperialismo hegemônico e o Subimperialismo brasileiro: diagnóstico e alternativas. **XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara. 2007b.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialectica de la Dependencia**. México D.F: Ediciones Era, 1973.

- \_\_\_\_\_. **América Latina: dependência e integração.** São Paulo. Editora Brasil Urgente, 1992.
- \_\_\_\_\_. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo.** 1977. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: 25. Jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Subdesarrollo y revolución.** México D.F: Siglo XXI, 1969.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia.** São Paulo: Difel, 1980.
- SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.47, n. 2. Brasília, IBRI, 2004.
- SPÓSITO, Eliseu Saverio; SANTOS, Leandro Bruno. **Capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras.** São Paulo: Expressão Popular. 2012
- VEIGA, Larissa Mazolli. **As teorias marxistas sobre o imperialismo e a origem do capital financeiro.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, vol.29, n.2, julho/dezembro, 2007.